

Resenhas de livros

O Brasil visto de fora

Thomas E. Skidmore

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

Ao contrário do que o título porventura possa sugerir, não se trata de uma reconstrução histórico-sociológica do Brasil com pretensões universalizantes, realizada por um autor estrangeiro há muito voltado ao estudo do país, principalmente à sua formação histórica. Trata-se da coletânea de dez ensaios, agrupados em três partes e escritos entre 1967 e 1992, representativos das preocupações intelectuais do autor ao longo desse período.

A primeira parte, *Construindo uma Identidade Nacional*, abrange quatro ensaios em que se procura desvendar como as elites brasileiras, através de alguns de seus mais importantes nomes, pensaram seu país. É o Brasil visto por dentro, abordando autores como Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Vianna Moog, Eduardo Prado, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Roberto da Matta. Embora sem analisar em profundidade cada autor, o que extravasaria os limites propostos ao trabalho, Skidmore procurou deles extrair qual a percepção que possuíam do país e de suas potencialidades, enfocando com maior acuidade temas com que já mostrara preocupação em outras obras suas, como o racismo, o nacionalismo e a visão sobre os Estados Unidos.

Na segunda parte, através de quatro ensaios sobre o negro, o autor propõe-se a desvendar como e por que o racismo no Brasil difere do norte-americano, recorrendo principalmente às raízes históricas dos dois países. Explora as diferenças da escravidão ocorrida em ambos e o fato de a miscigenação e as categorias multirraciais acompanharem a formação brasileira; intriga-lhe sobremaneira a forma como os autores nacionais

trataram a questão, sem a devida relevância, quando não optaram por racionalizar o processo de "branqueamento", enquanto nos Estados Unidos a maioria branca arraigou-se a uma ideologia de "pureza" racial.

Skidmore não deixa de mostrar sua inconformidade com os intelectuais brasileiros que, a seu ver, negligenciam em seus estudos a temática da raça como "variável independente", preferindo-a em favor de abordagens centradas nas classes sociais: "A substituição da raça pela classe parece ser um método de afirmar que não existe discriminação racial no Brasil" (p. 118). Se a constatação é correta, a conclusão que dela infere não deixa de ser precipitada. A história da historiografia certamente envolve fenômenos de natureza mais complexa, desde os agudos contrastes sociais do país até a influência de autores como Marx e Weber na sociologia brasileira, em maior grau que na americana, mais aberta à influência do funcionalismo e do liberalismo, centrados no individualismo metodológico. A tendência no Brasil realmente não foi tratar a questão da raça como "variável independente", mas inseri-la na problemática das classes sociais; a superação desta dicotomia apareceu como proposta na própria origem dos estudos científicos sobre o tema, com a chamada "Escola da USP" de sociologia, com nomes como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, só para citar dois deles. Antes que preconceito, o procedimento revela opção metodológica, com razões bem determinadas e precisas para o justificar, certamente não coincidentes com negligência ou racismo camuflado.

A terceira parte traz dois ensaios em que Skidmore penetra, com êxito, no sempre escor-

regadio terreno da história comparada, enfocando Brasil e Argentina principalmente na época do populismo e do desenvolvimentismo, sob a égide do processo de substituição de importações. A escassez de estudos correlatos valoriza seu trabalho, trazendo à liça paralelos sempre instigantes entre as formações sócio-econômicas dos dois países. Amparado por rica bibliografia, como é praxe em suas obras, o autor acaba assumindo teses largamente aceitas há algum tempo, mas que foram fortemente contestadas nos últimos anos. Por exemplo: assume que, no período de Vargas, a idéia de diversificar exportações “praticamente não era considerada” (p. 224); “que em seu segundo governo houve uma ‘virada’, de um nacionalismo moderado para um radical” (p. 228); que Vargas e Perón procuraram elevar o padrão de vida dos trabalhadores urbanos através de políticas salariais “liberais” (p. 231);

que o nacionalismo “radical” de Vargas foi o responsável por sua queda (p. 233). Teses polêmicas como estas não chegam a prejudicar o nível do trabalho como um todo, mas este certamente ganharia em precisão caso fossem adotadas como hipóteses a serem testadas, e não como questões já resolvidas.

Apesar destas observações críticas, o livro possui méritos indiscutíveis e cada parte é encerrada com vasta bibliografia, sempre útil ao leitor. Sua linguagem direta é acessível e, sua leitura, obrigatória para os dedicados à área. Se não por outros motivos, pelo fato de ter como autor o mais importante brasileiro.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Faculdade de Ciências Econômicas, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul